

---

Betty Espinosa, Coordinadora

# Mundos del trabajo: pluralidad y transformaciones contemporáneas



**FLACSO**  
ECUADOR

---

# Índice

Prólogo . . . . .  
*Betty Espinosa*

Introducción . . . . .

**Las transformaciones contemporáneas del trabajo.**  
**Nuevas canteras de pensamiento y de acción . . . . .**  
*Thomas Périlleux*

## I. TRANSFORMACIONES ESTRUCTURALES PROFUNDAS

**El nuevo estatuto del trabajo: ‘financiarización’  
de la economía y ‘flexibilización’ del empleo . . . . .**  
*Robert Cobbaut*

**La encrucijada del enfoque de derechos:  
pensando y haciendo la política pública de otra manera . . . . .**  
*Ludwig Guendel*

**La política social posible. Diálogo en Quito. . . . .**  
*Rolando Franco*

**Enfoques sobre formas alternativas de  
administración de derechos y personas. . . . .**  
*Ramiro Viteri Guerrero*

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador  
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro  
Quito – Ecuador  
Telf.: (593-2-) 323 8888  
Fax: (593-2) 3237960  
www.flacso.org.ec

ISBN:  
Cuidado de la edición: Paulina Torres  
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena  
Imprenta:  
Quito, Ecuador, 2008  
1ª. edición: julio 2008

La responsabilidad social del Estado de bienestar:  
Los sistemas de pensiones en América Latina . . . . .  
*Adela Figueroa Reyes*

Situación del sistema de pensiones en  
el Ecuador, la perspectiva de la Superintendencia  
de Bancos y Seguros . . . . .  
*Carmen Corral*

## II. TRANSFORMACIONES DE LAS COORDENADAS DE LA EXPERIENCIA

La noción de capital humano en el trabajo  
y la educación . . . . .  
*Miguel Chavarría*

Las maestras de educación primaria en México.  
Un estudio sobre transacciones objetivas y subjetivas  
en la construcción de la identidad profesional . . . . .  
*José Luis Torres Franco*

A expansão dos bancos privados estrangeiros  
para a América Latina e seus impactos na vida de  
trabalhadores bancários: estudo de caso sobre  
a privatização de um banco público brasileiro . . . . .  
*Alcides Fernando Gussi*

La experiencia de mujeres asalariadas en Santiago  
de Chile: Sentidos del trabajo e identidades de género. . . . .  
*Lorena Godoy y Antonio Stecher*

Los significados del trabajo femenino en  
el mundo global. Propuesta para un debate desde  
el campo de la cultura y las identidades laborales. . . . .  
*Rocío Guadarrama Olivera*

Trabajar juntos, vivir en colectivo: condiciones  
y destinos de los colectivos de trabajo. . . . .  
*Thomas Périlleux*

## III. ¿ACTORES COLECTIVOS EN RECOMPOSICIÓN?

El comercio ambulante y su relación con  
el sistema político institucional en el Distrito  
Federal de México. . . . .  
*Diana Silva Londoño*

El voluntariado en el mundo laboral en Ecuador . . . . .  
*Julio César Benítez R.*

El empoderamiento: entre la participación en  
el desarrollo y la economía social . . . . .  
*Unai Villalba Egiluz*

La flexibilidad laboral en Venezuela:  
¿la antinomia entre desarrollo de los mercados  
de trabajo o la acentuación de la precarización laboral? . . . . .  
*María Candelaria Rodríguez Pérez*

Entre compromisso e pragmatismo:  
a gramática da ação de trabalhadores em  
cooperativas de produção no sul do Brasil . . . . .  
*Ricardo Mayer*

# Entre compromisso e pragmatismo: a gramática da ação de trabalhadores em cooperativas de produção no sul do Brasil

Ricardo Mayer\*

## Resumo

Este trabalho busca investigar a gramática da ação de trabalhadores em cooperativas de produção constituídas no bojo dos processos de reestruturação econômica ocorridos no Brasil a partir dos anos 90 do século XX. A partir de uma sociologia da experiência, decomparamos a lógica da ação dos trabalhadores engajados na formação de duas cooperativas de produção, onde procuramos investigar: as relações de solidariedade, a lógica da ação estratégica em cada coletivo de trabalhadores, e, os processos de subjetivação expressos na construção identitária dos trabalhadores das cooperativas investigadas. A partir da pesquisa de campo em duas cooperativas de produção na região metropolitana de Porto Alegre, perfazendo um total de 55 entrevistas semi-estruturadas, verificou-se um processo de subjetivação marcado por uma atitude ambivalente entre o compromisso com o projeto de construção da cooperativa e uma postura pautada por um certo pragmatismo tipificado por um campo de possíveis restrito no tocante as alternativas de reinserção social. Já na esfera da ação coletiva, a constituição de cooperativas a partir de empresas em situação falimentar revelou uma nova estratégia sindical marcada por uma ação defensiva ante os processos de reestruturação econômica que eliminam postos de trabalho.

---

\* Doutor em sociologia, professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc - *email*: r.mayer@laposte.net

Palavras-chave: lógicas da ação; solidariedade; ação estratégica; subjetivação; cooperativas de produção; autogestão; sociologia da experiência.

## Introdução

A chamada crise da sociedade salarial<sup>1</sup>, que se evidencia de forma nítida na reestruturação econômica e nos processos de reorganização e flexibilização das condições de uso da força de trabalho que acometeram a economia mundial, mormente na última década do século XX, tem engendrado estratégias defensivas por parte dos sindicatos e da classe trabalhadora no sentido da preservação de suas condições materiais de subsistência. Tais estratégias têm se configurado na constituição de cooperativas como alternativa para assegurar o trabalho e a geração de renda para o contingente de trabalhadores engolfados pelos processos de reorganização das bases de acumulação capitalista.

Por seu turno, a formação de cooperativas de trabalhadores também concorre para produzir controvérsias teóricas<sup>2</sup> sobre as possibilidades concretas das cooperativas se constituírem num avanço efetivo em termos da democratização do trabalho e autonomia dos trabalhadores a partir da eliminação das antigas hierarquias que caracterizavam a gestão das empresas em questão e da criação de novas solidariedades operárias. Assim, o trabalho autogestionário também é percebido como uma contrafação democrática, como mais um item da panóplia patronal para flexibilizar e reduzir os custos da mão-de-obra (ver Lima, 1998, 2004). Não obstante, tal discussão acaba sendo pouco frutífera do ponto de vista da compreensão das relações sociais tramadas nestas formas de organização social do trabalho. Inversamente, preferimos indagar em que medida as cooperativas de trabalhadores investigadas se conformam em laboratórios de experi-

1 Ver Castel (1998) e Gorz (2003; 2004).

2 Tal controvérsia remonta aos debates levados a cabo no seio do movimento socialista no século XIX sobre as potencialidades emancipatórias do trabalho autogestionário no âmbito das cooperativas de produção. O paradigma do cooperativismo contemporâneo se constituiu a partir da experiência das cooperativas de trabalhadores que surgiram na Inglaterra no ano de 1844 em Rochdale, nas proximidades de Manchester. Para mais detalhes desta discussão, ver Santos & Rodríguez (2002).

mentação e inovação social tendo em vista novos padrões de sociabilidade distintos daqueles que caracterizam as relações de poder nas empresas capitalistas tradicionais.

No que segue, iremos focar duas cooperativas de produção procurando analisar a configuração da gramática da ação que se estabelece nestas empresas autogestionárias<sup>3</sup>. Ou de modo mais específico: iremos analisar suas lógicas da ação consubstanciadas nas suas relações de solidariedade; na sua ação estratégica; e, por fim, os processos de subjetivação dos trabalhadores associados nestas cooperativas de produção. Trata-se de organizações formadas voluntariamente, articuladas em torno de propósitos comuns definidos através de procedimentos democráticos de organização interna, tendo como premissa a possibilidade de participação de todos os membros em todos os cargos da estrutura associativa mediante eleições, bem como a publicidade de todo processo deliberativo e de gestão patrimonial.

## Entre duas formas de solidariedade

Como categoria sociológica o trabalho se configura sociologicamente, como possibilidade de reconhecimento social e fonte de solidariedade. Pode-se mesmo afirmar que a identificação de uma sociedade do trabalho soa quase como truísmo sociológico. Mas, há que se considerar aqui as solidariedades do universo fabril que estabelecem as condições de possibilidade mínimas para que os trabalhadores se convertam num ator coletivo, condição para a mobilização em torno dos processos de conquista de direitos trabalhistas. Estes implicam no reconhecimento social

3 Trata-se de duas cooperativas de produção: a cooperativa A foi constituída em no final de 2000 a partir da falência da metalúrgica Vogt, e nela estão associados atualmente 152 trabalhadores. Situada na cidade de Canoas a Cooperativa A atua no ramo metal-mecânico produzindo bens de capital para as indústrias petrolífera, petroquímica, de papel e celulose, siderúrgica, química, de geração de energia elétrica e construção civil. A cooperativa B possui atualmente um efetivo de 200 trabalhadores e foi fundada a partir da falência da antiga Companhia Geral de Indústrias. Localizada na cidade de Guaíba na região metropolitana de Porto Alegre, dispõe de uma linha de produção que contempla, dentre outros produtos, uma gama de fogões a lenha e a gás, aquecedores de água e metais sanitários. A realização das entrevistas e visitas às duas cooperativas de trabalhadores foi feita durante o segundo semestre de 2003.

de um estatuto e mesmo de um tipo específico de cidadania social relativa ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo o trabalho também é reconhecido como instância de produção coletiva, como resultado de uma práxis coletiva que transcende a particularidade dos trabalhos realizados por indivíduos concretos. Tal reconhecimento associa-se, por outro lado, a conceptualização do trabalho como trabalho abstrato, ou seja, como o reconhecimento da atividade laboral como trabalho em geral independentemente das formas particulares que assume. Para além de sua conversão em mercadoria, a conceptualização do trabalho como trabalho abstrato também concorre para que o trabalho surja como uma atividade pública coletiva fazendo com que o trabalhador ocupe, através dos seus organismos de representação o espaço público. O reconhecimento no âmbito das relações sociais de produção também conforma identidades, o que também produz as variantes de solidariedade resultantes de uma divisão social do trabalho. Tal categoria desempenha, desta maneira, um papel central na organização da existência individual. Nestes termos, o trabalho pode implicar em um certo tipo de coerção moral, num dever ser, numa relação social plena de obrigações recíprocas que terminam solidarizando os grupos sociais.

Entretanto, as relações de trabalho assalariadas também engendram um vínculo social caracterizado pelo disciplinamento do trabalho fabril a partir do alheamento dos trabalhadores em relação aos meios de produção. Desta forma, o possível compromisso moral em relação ao trabalho que deveria constituir-se num dever ser dos trabalhadores em cooperativas de produção recentemente formadas parece conter uma certa dissonância moral, ou seja, o engajamento de alguns trabalhadores em relação à cooperativa parece guardar alguns resquícios que ainda reportam a ação dos trabalhadores ao passado do trabalho servil e disciplinado que obedecia à lógica da utilidade econômica, a partir da qual adquiria seu significado.

Com efeito, o senso de obrigação e uma moral do compromisso parecem diluir-se quando em confronto com a cultura de trabalhador assalariado interiorizada muitas vezes ao longo de uma trajetória profissional que alcança a aposentadoria de vários trabalhadores associados às cooperativas. O senso da hierarquia está fixado, gravado na história e na expe-

riência de trabalhadores que encontram dificuldade no processo de readaptação a nova estrutura de relações surgida com a conversão da empresa em cooperativa. Ao mesmo tempo, o sentimento de desconfiança de alguns trabalhadores habituados a um tipo de sociabilidade caracterizado por uma reciprocidade negativa<sup>4</sup> os impede de perceber a possibilidade de um outro tipo de sociabilidade pautado por relações de reciprocidade não regidas pela troca impessoal. Ou seja, numa situação marcada pela predominância de uma reciprocidade negativa o indivíduo busca de um lado maximizar, incrementar suas expectativas de ganho, e de outro minimizar seus custos eventuais. Trata-se de uma forma impessoal de intercâmbio característica das relações de trabalho assalariadas, nas quais a prevalência do cálculo utilitário é capaz no limite de configurar uma moral calcada preponderantemente no interesse.

Mas, as relações de solidariedade se estabelecem e permanecem ao longo do tempo juntamente com mecanismos de controle social que irão variar segundo a preponderância deste ou daquele vínculo de solidariedade. Assim, nas cooperativas investigadas, dadas suas características relativamente à forma de organização do trabalho, dos processos produtivos e das competências e qualificações requeridas nos departamentos com uma preponderância das relações de solidariedade de natureza funcional e contratual. Com efeito, nas cooperativas de produção a trama dos vínculos sociais será assegurada primeiro pela predominância das relações de solidariedade funcional, cujo controle normativo exercido reciprocamente por todos os trabalhadores da cooperativa estará baseado tacitamente num compromisso moral em relação à produção e a organização do trabalho. A consciência das obrigações recíprocas entre os trabalhadores das cooperativas que cimentam suas relações de solidariedade confere também um novo sentido ao trabalho que decorre não somente da interdependência derivada das especializações e diferenciações funcionais, mas também do senso de um projeto comum endossado pelos trabalhadores na sua adesão à cooperativa. Para alguns trabalhadores a participação na cooperativa implicou numa ruptura com o alheamento em relação ao trabalho, que

4 Trata-se de um comportamento que busca maximizar suas expectativas de ganho sem o dispêndio da devida contra-partida. Para mais detalhes ver Sahlins (1977).

por vezes, caracteriza a disposição atitudinal de trabalhadores assalariados em empresas privadas.

Entretanto, ao lado das obrigações e engajamento em relação ao trabalho características das relações de solidariedade funcional, encontramos também no âmbito da lógica da integração e pertencimento social, um outro tipo de solidariedade marcada, sobretudo, pelo contrato. Mais que um simples contrato, trata-se aqui de pactuar uma regra, de modo a instituir uma nova forma de regulação social entre os membros das cooperativas. Mas, trata-se também de uma solidariedade de tipo contratual produzida por um cálculo que pondera o campo de possíveis e os recursos disponíveis diante da necessidade de se efetuar uma escolha. Não obstante, tal asserção pode nos levar a confundir a racionalidade subjacente ao contrato com a racionalidade estratégica: pois enquanto esta última pondera os interesses com o intuito de maximizar ganhos e minimizar perdas, a primeira invocará a regra para afirmar sua legitimidade e confirmação de sua validade. Da mesma forma, enquanto a última irá projetar o futuro a partir da permanência e estabilidade das regras, condição mesma para a definição do cálculo estratégico, a primeira se desdobrará enquanto um processo de aprendizagem coletiva prevendo mesmo a alteração das regras caso haja necessidade. Tanto numa quanto noutra forma de racionalidade os atores irão perseguir seus interesses se submetendo as regras do jogo, porém a racionalidade estratégica será governada por um princípio de utilidade, enquanto a racionalidade contratual será governada por um princípio de regulação social<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, o processo de adesão à cooperativa parece encontrar mais facilidade entre os trabalhadores mais jovens. Trata-se daqueles trabalhadores, cujas perspectivas de trabalho dependem em grande medida do êxito e continuidade do projeto da cooperativa, diferentemente, portanto, daqueles trabalhadores cuja perspectiva imediata é a aposentadoria e o recebimento dos créditos trabalhistas devidos pela antiga empresa.

5 Para maiores detalhes ver Reynaud (1997: 29).

### Entre o compromisso e o pragmatismo

Existe uma interpretação corrente na literatura recente<sup>6</sup> da sociologia do trabalho dedicada ao estudo do movimento sindical de que os processos de modernização produtiva de matriz pós-fordista que se desdobraram ao longo dos últimos 25 anos repercutiram fortemente sobre a capacidade de organização e mobilização do sindicalismo, seja enquanto instituição seja, enquanto movimento social. Um dos referentes empíricos da crise enfrentada pelo sindicalismo pode ser verificado no declínio dos índices de sindicalização, bem como da ação coletiva dos trabalhadores organizados<sup>7</sup>. A leitura corrente deste fenômeno sinaliza que a prevalência de um regime de acumulação fordista durante grande parte do século XX, teria favorecido a organização e expansão do movimento sindical, mormente a partir das formas de organizar o trabalho e o processo de produção pressupostas pelo fordismo enquanto paradigma de desenvolvimento industrial. Não obstante, tal cenário passou a sofrer profundas modificações com a reestruturação da base técnica de acumulação capitalista com a implementação de novas formas de organizar o trabalho e os processos produtivos marcadas, sobretudo, pela flexibilização das condições de utilização da mão-de-obra, principalmente nas grandes e médias empresas, que de modo geral forneciam a base sobre a qual os sindicatos afirmavam sua capacidade de representação e inserção no chão de fábrica.

Entretanto, tal interpretação da crise do sindicalismo a partir do esgotamento de um dado padrão de acumulação capitalista concebido pelo nome de fordismo, pode nos conduzir a uma visão errônea acerca destes processos ao menos por duas razões. A primeira é de ordem ontológica: ao enfatizar a importância das macro-estruturas sócio-econômicas em processos que ainda estão em curso, sugere sua determinação estrutural e retira de cena a ação coletiva dos trabalhadores convertendo-os em meros suportes ou quando muito em expectadores de um processo marcado pelo

6 Ver Ramalho (2000); Rodrigues (1999); Cardoso (1999); Lévesque, Murray & Lequeux (1998); Lapointe (1998).

7 Os índices de sindicalização declinaram durante a década de 80 nas principais economias ocidentais a exceção da Suécia, do Canadá, da Itália e da antiga RFA. Ver Cardoso (1999:163); e, Rodrigues (1999: 177).

drama social da diminuição dos postos de trabalho; e, a segunda é de ordem epistemológica: ao enfatizar a tese da fragmentação das lealdades e solidariedades da classe trabalhadora parte de uma visão demasiado mitificada do seu passado representado enquanto uma época na qual os trabalhadores perfilados em seus sindicatos constituíam-se numa classe-parasita. Para além desta visão idealizada Hyman (1996), argumenta que as coisas nunca se passaram de forma tão linear, mas que os sindicatos como organizações carregam consigo uma grande variedade de aspirações, valores e concepções de mundo, de modo que tanto a probabilidade do conflito quanto a do consentimento não estão muito longe uma da outra. De outra parte Hyman também argumenta que a noção de classe operária se constitui antes numa abstração do que numa descrição ou generalização sociológica. Pois, as classes trabalhadoras têm sido caracterizadas mais pela diferenciação e heterogeneidade e sua possível unidade e coesão é antes algo excepcional do que um traço comum de sua conformação. Quando realizada, a precária unidade das classes trabalhadoras tem se forjado no conflito da mesma forma que as relações de solidariedade entre os trabalhadores se afirmam de forma mais consistente em situações de adversidade. A prevalência de uma representação mitificada das classes trabalhadoras nos impediria de perceber mais objetivamente a própria crise vivenciada pelo sindicalismo.

Neste sentido, um dos desafios propostos ao sindicalismo é configurado pelo processo de desassalariamento da força de trabalho que aos poucos vem drenando o contingente da classe trabalhadora historicamente representado pelos sindicatos<sup>8</sup>. Contrapor-se a este cenário pressupõe a elaboração de novas estratégias com propósito de ampliação do sentido da solidariedade para além das fronteiras que a delimitavam no passado de modo a reestruturar a agenda sindical para que os sindicatos possam não só organizar trabalhadores desempregados e trabalhadores associados a cooperativas, mas também representá-los politicamente.

Com efeito, a própria CUT<sup>9</sup> – Central Única dos Trabalhadores, partindo de avaliações que ponderam as conseqüências das transformações

8 Segundo um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas entrevistado a base sindical sobre a qual o sindicato atuava nas décadas de 70 e 80 correspondia a algo em torno de 17 mil metalúrgicos. Atualmente esse número reduziu-se para algo em torno de 9 mil trabalhadores.

9 Ver Magalhães & Todeschini (2000).

no mundo do trabalho sobre o movimento sindical, tem buscado implementar novas estratégias de intervenção com o intuito de contemplar os trabalhadores associados a cooperativas de produção. Assim, segundo Magalhães & Todeschini (2000), a configuração de uma nova estrutura no mercado de trabalho a partir dos processos de reestruturação econômica estaria criando a perspectiva para o surgimento de novas experiências de geração de trabalho e renda no bojo das políticas de economia solidária. O que, entretanto, não deixa de propor questões desafiadoras para o próprio movimento sindical, dado que, tais experiências de auto-gestão podem estar se ajustando a um mercado de trabalho dualizado caracterizado por um núcleo privilegiado de trabalhadores assalariados gozando de um leque de direitos sociais ao lado de um grupo de trabalhadores sem direitos associados às cooperativas. É o que ocorre quando cooperativas são constituídas no âmbito de estratégias empresariais de subcontratação e terceirização com a finalidade de redução dos custos do trabalho. Com efeito, a discussão em torno das questões suscitadas pelos processos de precarização e flexibilização das condições de uso da força de trabalho culminou com a adoção de uma estratégia de cunho defensivo por parte dos sindicatos materializada na criação pela CUT em 1999 de uma Agência de Desenvolvimento Solidário para sustentar a constituição de empreendimentos autogestionários através do assessoramento, apoio técnico e político na formação de cooperativas no âmbito de um projeto de uma economia solidária. Para os sindicatos trata-se de apoiar a formação e a consolidação de um “cooperativismo autêntico” caracterizado pela participação igualitária de todos os trabalhadores associados às cooperativas nos processos de deliberação e gestão destes empreendimentos autogestionários.

Neste aspecto, os sindicatos têm desempenhado um papel fundamental no que poderia ser tratado nos termos de uma luta pelo reconhecimento da dignidade e utilidade social de trabalhadores, cujos postos de trabalho simplesmente desapareciam não fosse a ação político-sindical no sentido da constituição das cooperativas. Mas, a definição de tal política por parte dos sindicatos filiados a CUT não se procedeu sem que fosse objeto de questionamentos acerca da negociação de créditos trabalhistas quando da falência de uma empresa. Pode-se mesmo afirmar que a defi-



nição de uma estratégia sindical no qual a hipótese de se apoiar à constituição de uma cooperativa ao invés da simples liquidação judicial de uma empresa resultou de um estreitamento do campo de possíveis da ação sindical tradicional<sup>10</sup>. Portanto, a opção de sustentar politicamente a estratégia de apoiar a criação de cooperativas de trabalhadores revela uma nova inflexão política do movimento sindical que pode ser caracterizada como uma estratégia defensiva por parte dos trabalhadores num contexto de reestruturação produtiva.

Mas, se tal inflexão política diz respeito à ação coletiva dos trabalhadores, no tocante à racionalidade dos atores individuais predomina ainda um certo pragmatismo no conjunto das posturas assumidas pelos trabalhadores em relação a sua adesão à cooperativa. Nesse sentido, uma primeira postura que se pode identificar está relacionada ao próprio ato fundador da cooperativa. Trata-se da ação mais engajada e consciente politicamente traduzindo-se naquilo que definimos como um “compromisso político”, ou seja, um comprometimento em relação à cooperativa permeado pelo discurso sindical e pela mobilização que conduziu a criação da cooperativa. É o discurso que propõe umnexo, uma coerência entre a ação coletiva mais geral acerca do significado da formação de um empreendimento de autogestão e as condutas individuais dos trabalhadores<sup>11</sup>.

A par do compromisso político que detectamos no núcleo fundador e catalisador das cooperativas, teríamos uma segunda figura do comprometimento caracterizada pelos vínculos de solidariedade que se tornam mais consistentes quando confrontados pela adversidade. Trata-se de um discurso que afirma seu compromisso em relação à cooperativa sem estar embebido pelo discurso sindical. Não se configura num compromisso fixado a partir de um projeto político do sindicato, mas sim num compromisso moral afirmado a partir das sociabilidades secundárias constituídas no seio da cooperativa. Antes de operar uma separação entre duas dimensões mutuamente referidas a política e a moral, a distinção entre dois tipos de comprometimento busca apenas revelar uma nuance sutil no discurso dos trabalhadores. O segundo tipo de postura assumida em

10 É o que se pode depreender das entrevistas realizadas com dirigentes das cooperativas investigadas.

11 Tal postura já havia sido também detectada com mais ênfase por Rosenfield (2003).

relação à cooperativa é caracterizado, como vimos anteriormente, pela crítica em relação à direção das cooperativas.

Existe ainda um compromisso com o projeto da cooperativa, mas o desencanto, a discordância e as decepções marcam um discurso de crítica e protesto. O terceiro tipo de postura assumida em relação à cooperativa é caracterizado pelo cálculo estratégico na sua forma pura, ou seja, não são ponderados outros valores na definição do curso da ação senão a relação que se estabelece entre meios e fins. Aqui, não são invocadas outras razões para justificar a permanência na cooperativa senão a mesma lógica que caracteriza o *free rider*. No entanto, essa postura mais pragmática é objeto de uma reiterada crítica entre os trabalhadores mais comprometidos com o projeto da cooperativa e quando detectada, é rejeitada pelos pró-prios associados.

### Os processos de subjetivação

Os processos de diferenciação social que caracterizam as sociedades contemporâneas ensejam uma multiplicidade de modos de inserção e pertencimento social, o que termina por refletir sobre a conformação da identidade do sujeito como descontinuidade e fragmentação de sua experiência individual. Ou seja, trata-se de uma situação na qual os atores passam a adotar vários pontos de vista, configurando sua identidade a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido, conforme Dubet (1996), podemos abordar a questão identitária num tríptico registro, qual seja, a integração social, a ação estratégia e os processos de subjetivação. No primeiro registro, a identidade pode ser percebida enquanto uma construção social, na qual o indivíduo incorpora sua experiência vivida no curso dos processos de socialização primária e secundária definindo quase que uma espécie de segunda natureza. Trata-se, portanto, de uma identidade que pode ser pensada como uma incorporação de um *habitus*, ou seja, como a absorção de um conjunto de disposições sociais oriundas não apenas da família ou da extração de classe, mas também do conjunto dos sistemas de ação com os quais o indivíduo cruzou ao longo de sua vida. No registro da ação estratégica, a identidade é construída pelos atores como um

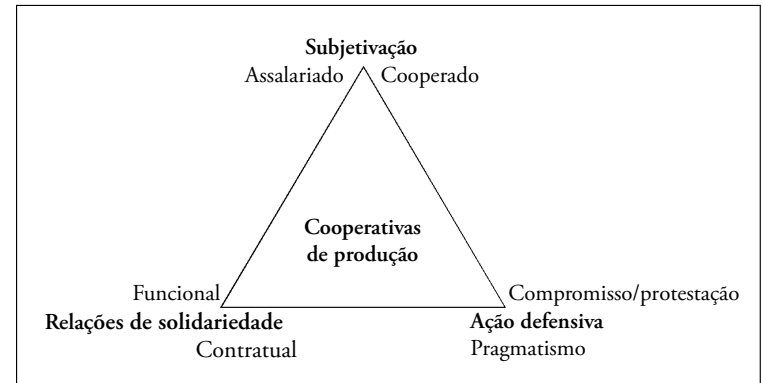
recurso, num contexto no qual a sociedade é percebida como um espaço concorrencial nos termos mesmo de um mercado ou de mercados de trabalho quando se trata da construção de identidades profissionais. O ator irá definir sua identidade em termos de um estatuto a partir do qual é capaz de mobilizar recursos expressos em capital simbólico ou atributos relacionados a sua posição e suscetíveis de classificá-la em relação ao conjunto das outras posições existentes em mercados de trabalho externos ou internos. Por fim, no registro da subjetivação, a identidade será entendida mais como uma possibilidade, cujo pressuposto é configurado a partir de um distanciamento crítico assumido pelo sujeito em relação à integração e a ação estratégica. Dado que, o sujeito não pode ser reduzido somente à interiorização do social, nem tampouco à persecução de interesses, é necessário conceptualizá-lo também a partir de uma dimensão emancipatória caracterizada pelo engajamento com modelos culturais alternativos capazes de definir novos padrões de socialização primária e secundária, bem como de individuação contrapondo-se desta forma a modelos culturais dominantes.

No âmbito das cooperativas de produção, iremos nos deparar com a construção de novas identidades a partir do momento em o compromisso com o projeto de autogestão é afirmado. Não obstante, para alguns trabalhadores o sentimento de ser assalariado ainda permanece. Seus vínculos de solidariedade em relação à cooperativa são predominantemente de tipo contratual e assumem antes uma disposição pragmática do que um engajamento e comprometimento ao cooperativismo autêntico que embasa o projeto coletivo. Contrariamente, também se pode constatar que a identidade com a antiga empresa, ou seja, a identidade de trabalhador assalariado é colocada em cheque no curso do processo de constituição das cooperativas de produção. Os trabalhadores afirmam sua identidade ao sentir orgulho daquilo que são a partir da própria experiência das mobilizações que antecederam a criação das cooperativas. A memória afetiva deste processo de lutas contribui para forjar uma nova identidade que não é mais a identidade de trabalhador assalariado, mas sim a identidade de um trabalhador associado a uma cooperativa de produção.

São “donos” da produção e se sentem co-responsáveis em relação aos processos de trabalho e produção da cooperativa. A auto-estima que deco-

rre deste envolvimento contribui também para o reconhecimento da utilidade social destes trabalhadores devolvendo-lhes sua dignidade quase que perdida ante a situação a que foram confrontados com a perspectiva de perda do emprego. A opção para muitos destes trabalhadores seria a economia informal, o trabalho incerto e mal remunerado, em suma, a perda de controle sobre uma existência caracterizada pelo acaso, pela contingência. Os processos de deliberação democrática através das assembleias também contribuem para o senso de co-responsabilidade, para ressaltar que o êxito do empreendimento de autogestão está atrelado ao compromisso dos trabalhadores em relação à cooperativa.

Assim, a definição das lógicas da ação que estamos configurando nas relações de solidariedade, na ação estratégica e na subjetivação e identidade dos trabalhadores pode ser visualizada esquematicamente na figura abaixo:



### Conclusão

No contexto constituído pelas cooperativas de produção, caracterizado pela autogestão e por processos decisórios que pressupõem a participação de todos os associados, a principal demanda em termos das relações sociais tramadas no interior das cooperativas será pelo reconhecimento aos direitos e obrigações de cada um, definidos no regimento interno da

cooperativa. Ressalte-se que não se trata aqui somente de vínculos de solidariedade funcional e contratual, cujo sentido se resume a coalescência das relações sociais nas cooperativas de produção, mas, de perceber também as relações de solidariedade como um modo de reconhecimento recíproco entre os associados às cooperativas a partir de um conjunto de valores compartilhados tendo em vista à persecução de objetivos comuns. As relações de reconhecimento aqui consideradas se traduzem, sobretudo, em consideração e estima social recíproca por parte dos trabalhadores que pertencem a cada cooperativa a partir mesmo das características e atributos pessoais que os diferenciam entre si. Logo, não estamos tratando de um reconhecimento assentado somente em princípios abstratos e universais, mas num tipo de reconhecimento que surge das relações de solidariedade privilegiando, deste modo a eticidade concreta de determinados grupos sociais. Neste aspecto, existe uma equação entre estima social e o princípio igualitário que pode ser disposta da seguinte forma: quanto mais a eticidade concreta do grupo social estiver descentrada e quanto mais prevalecer uma sociabilidade horizontal em detrimento de possíveis ordenações hierárquicas, tanto mais a estima e consideração social assumirão um formato individualizante, dando vez deste modo a relações de natureza simétrica (Honneth, 2002).

Desta forma, podemos identificar nas duas cooperativas pesquisadas uma transição de um regime de interação hierárquico para um regime de interação igualitário a partir mesmo da forte crítica dos trabalhadores às relações de mando que caracterizavam as empresas das quais as cooperativas foram criadas<sup>12</sup>. As hierarquias formais que prevalecem dizem antes respeito à própria divisão de tarefas existente. A mudança nas relações de poder a partir da instituição de uma nova forma de regulação, de um novo ordenamento das relações entre os trabalhadores a partir do primado da idéia de direitos iguais concorre para afirmar a solidariedade entre os membros das cooperativas, pois, as decisões em relação ao trabalho devem ser negociadas entre aqueles que pertencem ao grupo. Não obstante, se os trabalhadores passam a ter mais autonomia em relação aos processos de trabalho e produção, a heteronomia do mercado segue sendo

12 Para a noção de regime de interação ver Goffman (1983) e Martuccelli (2002).

a coerção que define os limites de seu campo de possíveis. Mas, o resquício das antigas hierarquias que conformavam uma identidade pessoal submissa e subserviente ainda se manifesta nas práticas de alguns trabalhadores que percebem nos membros da direção das cooperativas a imagem de novos patrões. Habitados a um tipo de gestão paternalista, característica da condução familiar das antigas empresas há pelo menos três gerações, alguns trabalhadores ainda relacionam sua inserção e pertencimento social à proteção daquele que manda.

As particularidades dos processos de trabalho que caracterizam as duas cooperativas estabelecem diferenciações no tocante a nova estrutura de cargos e salários instituída após a criação de cada cooperativa. Uma das cooperativas produz bens de capital sob encomenda, o que demanda uma força de trabalho especializada num ofício artesanal com qualificações tácitas e formais adquiridas ao longo de uma carreira profissional. Na outra cooperativa o processo de trabalho é organizado com vistas à fabricação de bens de consumo em série com níveis de qualificação bem distintos ao longo de todas as fases do processo produtivo. Nestes termos, a estrutura de cargos e salários de cada cooperativa busca contemplar tais especificidades. Assim, a definição do plano de cargos e salários busca estabelecer uma mediação entre a antiga estrutura e a conformação de uma nova na qual a tendência à equalização dos salários se inscreve no horizonte futuro de cada cooperativa. Neste aspecto, os trabalhadores aceitam para uma possível mudança no futuro.

Entretanto, para alguns trabalhadores mesmo a estrutura de cargos e salários definida após a criação de cada cooperativa é motivo para crítica e protesto. O acento de tal postura crítica é dado em favor da proposição de uma estrutura mais igualitária a partir da redução dos próprios níveis salariais que terminam concorrendo para a reprodução de uma estrutura hierárquica criticada pelos trabalhadores entrevistados. Entretanto, as críticas em relação à persistência de hierarquias derivadas das diferenciações salariais só podem surgir num contexto onde os trabalhadores podem protestar sem o receio de retaliações. Ao mesmo tempo, embora o princípio da igualdade também seja percebido e valorizado pela maioria dos trabalhadores associados às cooperativas o mesmo ainda não se traduz numa participação mais intensa e equilibrada nas assembléias, ou seja, numa

sociabilidade mais horizontal entre os trabalhadores das cooperativas. É possível que esse déficit de participação seja o resquício e ressonância de uma cultura política autoritária e paternalista que ainda tolhe as perspectivas da mudança subjacentes às práticas dos trabalhadores de cada cooperativa. O que de resto, também contribui para definir o alcance da inovação social representado por essas experiências de autogestão.

### Bibliografia

- Cardoso, Adalberto M. (1999). *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal. A era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Castel, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Dubet, François (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Goffman, Erving (1983). “El orden de interacción”; en Winkin, Yves (Ed.) 1991 *Los momentos y sus hombres*. Barcelona: Paidós, p.169-205.
- Gorz, André (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_(2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.
- Honneth, Axel (2002). *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- Hyman, Richard (1996). “Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 2, nº 4, p.9-28, ALAST, México DF.
- Lapointe, Paul-André (1998). “Identités ouvrières et syndicales, fusion, distanciation et recomposition”. *Sociologie et Sociétés*. Vol. XXX, nº2, p.1-24, automne.
- Lévesque, Christian; Murray, Gregor et Lequeux, Stéphane (1998). “Transformations sociales et identités syndicales: l’institution syndicale à l’épreuve de la différenciation sociale contemporaine”. *Sociologie et Sociétés*. Vol. XXX, nº2, p.1-24, automne.
- Lima, Jacob C. (1998). “Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho”; en Castro, Nadya A. & Dedecca, Claudio S. (Orgs.). *A Ocupação na América-Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.
- \_\_\_\_\_(2004). “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS*, vol.19, nº56, p.45-62, outubro.
- Magalhães, Reginaldo S. & Todeschini, Remígio. (2000). “Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT”; en Singer, Paul & Souza, André R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Martuccelli, Danilo (2002). *Grammaires de l’individu*. Paris: Gallimard.
- Ramalho, José R. (2000). “Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje”. *DADOS — Revista de Ciências Sociais*. IUPERJ, Vol.43, nº.4.
- Reynaud, Jean-Daniel (1997). *Les règles du jeu. L’action collective et la régulation sociale*. Paris: Armand Colin.
- Rodrigues, Leôncio M. (1999). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp.
- Rosenfield, Cinara L. (2003). “A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade”. *Civitas*, v. 3, nº2, p.395-415.
- Sahlins, Marshall (1977). *Economía de la edad de piedra*. Madrid: Akal Editor.
- Santos, Boaventura de S. & Rodríguez, César (2002). “Para ampliar o cânone da produção”; en Santos, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.